

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VENÁCULAS**

**Estudo da crônica machadiana: *Bons dias!* e *A Semana***

Monografia apresentada ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras – Português e Espanhol.

William Moreno Boenavides

Professor orientador  
Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino

Porto Alegre, dezembro de 2009

Nem a ciência, nem os seus diversos ramos, nem a arte, possuem uma história autônoma, imanente, que resulte exclusivamente da sua dialética interior. A evolução em todos esses campos é determinada pelo curso de toda história da produção social, no seu conjunto: e só com base neste curso é que podem ser esclarecidos de maneira verdadeiramente científica os desenvolvimentos e as transformações que ocorrem em cada campo singularmente considerado.

LUKÁCS, Georg. *Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels*

## Sumário

<b>Resumo .....</b>	<b>4</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>5</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>1 Sobre o que falam duas crônicas .....</b>	<b>10</b>
1.1 O início nos <i>Bons dias!</i> .....	10
1.2 A primeira de <i>A Semana</i> .....	13
<b>2 As séries .....</b>	<b>18</b>
2.1 Algum sentido programático: a série <i>Bons dias!</i> .....	18
2.2 Fogo cruzado: <i>A Semana</i> .....	20
<b>3 Mat[r]izes práticas .....</b>	<b>23</b>
3.1 Império: escravidão e dualidade .....	23
3.2 A não-cidadania dos bestializados: República .....	26
<b>4 Retornando e questionando: sobre o que falavam mesmo duas crônicas? .....</b>	<b>36</b>
4.1 Transcrição de trechos de ambas as crônicas .....	36
4.2 Entre o passado e o futuro: novos <i>Bons dias!</i> .....	37
4.3 A República e o que ela traz: <i>A Semana</i> .....	38
4.4 Agressão e elevação: pontos de divergência .....	40
<b>Considerações finais .....</b>	<b>42</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>45</b>

## RESUMO

Nesse trabalho procuro estudar a passagem dentro da produção machadiana da série de crônicas *Bons dias!* para a série *A Semana*, tendo como objeto de análise a crônica inicial de cada série. Para isso, busco considerar o vínculo que elas mantêm com seu contexto de produção, marcado pela transição do regime imperial para o republicano.

### **Palavras-chave:**

Literatura Brasileira – Crônica – Machado de Assis – Século XIX

## **Resumen**

En ese trabajo intento estudiar la transición en la producción de Machado de Assis de las crónicas de *Bons días!* a *A Semana*. Los análisis se basan en la primera crónica de cada una de las series donde han sido publicadas. Llevo en consideración el vínculo de ellas con su contexto de producción, el pasaje del Imperio a la República en Brasil.

### **Palabras-clave:**

Literatura brasileña – Crónica – Machado de Assis – Siglo XIX

## Introdução

John Gledson em uma comunicação publicada no livro *Gêneros de Fronteira* sob o título *A política na crônica de Machado de Assis* (GLEDSON, 1997, p. 23-28) aborda de forma genérica (como ele mesmo afirma e justifica em virtude dos curtos 20min da comunicação – comunicação, diga-se, proferida em 1992, mas publicada apenas 5 anos depois) a passagem da série *Bons dias!* para a série *A semana*. Gledson, fazendo referência aos estudos de Galante de Sousa, afirma que a autoria da série de 1888 era desconhecida do “grande público”, diferentemente do que havia ocorrido com a série de crônicas anterior *Gazeta de Holanda* (1886-8) e na posterior *A semana* (1892-7). O crítico inglês vê no fato um sentido programático que a série teria para as pretensões de Machado, no sentido de poder abordar de forma mais direta e contundente os espinhosos temas do momento (aqui Gledson está retomando sua argumentação sobre a série feita livro *Machado de Assis: Ficção e história*, de 1986<sup>1</sup>), haja vista sua posição contrária à opinião geral. Opinião a favor de uma monarquia parlamentar e centralista como instituição mais propícia ao Brasil (em oposição à anunciada República), pois única capaz de trazer o progresso, mesmo que lento na direção liberal com a qual Machado se identifica. Liberal, dentro do contexto da época, quer dizer acreditar nos “ideais da liberdade e da justiça social” (Ibid., p. 23-4). Gledson ainda vê na penúltima crônica da série *Bons dias!* (vale observar que na edição crítica que montou dessa série, a única crônica que não recebeu uma única nota foi essa) um apelo a não mudança de regime político, que se daria em seguida, cifrada sob a palavra “casa”: “Oh! Não mudeis de casa! Mudai de roupa, mudai de fortuna, de amigos de opinião, de criados, mudai de tudo, mas não mudeis de casa!” (Ibid., p.25) O anti-republicanismo de Machado se daria em virtude de duas preocupações centrais: o imperialismo exterior (perigoso pela possível fragmentação advinda do novo sistema) e do poder que as oligarquias locais alcançariam com o federalismo, levando a uma situação absolutamente antidemocrática.

---

<sup>1</sup> Na sua introdução a série *Bons dias!* (cuja primeira edição é de 1990), Gledson retoma e comenta seu posicionamento em *Ficção e história*. Há uma mudança de perspectiva: afirma que, em vez de uma mirada “sincrônica”, como havia feito no livro de 1986, tenta, no ensaio introdutório a série que organizou, entender as posições políticas do autor lendo as crônicas “diacronicamente, construindo uma espécie de “enredo” (GLEDSON, John. Introdução. In: GLEDSON, John (org.) *Bons dias!*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008, p. 27). Esses comentários serão abordados no decorrer do trabalho.

Já a primeira crônica da série seguinte *A semana* (longos dois anos e meio depois, tendo a finalização de *Quincas Borba* de permeio) traria uma referência à precária participação popular no processo político e Machado sutilmente anuncia, conforme a interpretação de Gledson, o grande problema que isso acarreta ao recente sistema federalista brasileiro: “falta de participação traz ditadura, e vice-versa, num círculo vicioso” (Ibid., p.27). Há no movimento geral da nova série, um sentimento de desagregação ao que Gledson vincula à situação diferente em relação à autoria dessa série que Machado (conforme pesquisa do crítico) não precisava assinar para ser conhecido como seu autor. A preocupação advinda do federalismo, e assim Gledson encerra seu comentário, se dá também no sentido da relação autor e leitor, pois há o temor em relação à “sobrevivência da sociedade brasileira como comunidade” (Ibid., p. 28).

Essa leitura de Gledson é conscientemente orientada na tentativa de entender as opiniões do próprio Machado, pois, para ele, “É importante saber quais as suas opiniões, justamente porque configuram a delicada relação entre cronista, leitor e história” (Ibid., p. 23) e é essa sua intenção como se percebe pelo desfecho de sua comunicação.

Com isso em mente, posso dizer que esse trabalho surge de duas inquietações principais. Primeiramente, de que maneira pode-se entender as implicações que as alterações pelas quais o Brasil estava passando durante o início da implementação do regime republicano podem trazer para a interpretação e compreensão das duas crônicas analisadas no presente trabalho, cada uma vinculada e representando, digamos, um período histórico específico da história do Brasil, o Império e a República.

A outra inquietação tem origem anterior, mas se mostrou intimamente vinculado a essa primeira. Ela é muito mais vasta, sendo que possivelmente fique apenas indicada nesse trabalho. Trata-se de entender a possibilidade de se considerar Machado também como cronista e escritor da República, que tensiona e mimetiza questões específicas desse período.

Esse questionamento surge da observação de que, num plano (bastante) genérico, os comentários sobre o posicionamento crítico e cético (e com implicações estéticas) de Machado diante da passagem para o regime republicano são da ordem de que ele vê uma mudança sem transformação, que no fundo, a sociedade brasileira continuava e, deduz-se, continuaria atravancada por impasses de formações históricas que constituem posturas públicas/políticas caracterizadas por manter os privilégios da elite enquanto os demais, “o povo” continua excluído do processo de participação e

lesado de seus direitos fundamentais. Não se pretende aqui negar tal posicionamento. Pelo contrário, como veremos nos comentários sobre a crônica de abertura de *A Semana* (assim como o afamado “episódio da tabuleta” em *Esau e Jacó* (1904) costuma servir de exemplo para que se adote tal perspectiva), é até estranhamente tranqüila a observação de tal visão sobre esse posicionamento. No entanto, os comentários sobre esse aspecto são feitos sobre a obra de um autor que é estudado, para dar dois exemplos críticos atuais e importantes, mesmo com variações metodológicas de fundo, por John Gledson e Roberto Schwarz, pelo viés da profundidade de incorporação da historicidade brasileira em sua obra. Diante disso, mesmo sem negar, repito, que se possa ler nos escritos machadianos que a passagem para a República não representou mudança significativa para o progresso do país, em especial em termos de favorecimento dos já detentores do poder e de ampliação dos direitos constitucionais e democráticos (posicionamento que endossa a conhecida frase de Aristides Lobo de que o povo assistiu “bestializado”<sup>2</sup> aos levantes que culminaram na proclamação da República), procuro entender melhor as especificidades da abordagem dada pelo autor a tal transição.

Haja vista o refinamento com que foram e são estudadas as formas como a obra machadiana incorpora esteticamente os paradoxos formativos do Império brasileiro, *Ao vencedor as batatas* (1977) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990) à frente, parece-me que comparações entre a produção de um período e outro podem indicar algumas especificidades, que, mesmo modestas em termos de *corpus* como essas que tento empreender, explicitem tensões miméticas específicas. Através desse movimento, podem-se lançar algumas hipóteses sobre o posicionamento (de modo um pouco mais específico do que dizer que não houve alteração profunda) crítico que estaria representado na obra sobre a transição republicana, bem como sobre alguns recursos formais mobilizados para conformar esteticamente tal posicionamento.

Com o intuito de tratar de tais questões, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira: inicialmente, empreende-se um comentário mais descritivo que analítico de duas crônicas, as de abertura da série *Bons dias!* e de *A Semana* (publicadas em 05 de abril de 1888 e em 24 de abril de 1892). O que se procura com isso é expor o conteúdo delas de modo a detalhar um pouco as referências, históricas ou não, na busca

---

<sup>2</sup> Termo que compõe o título da obra que serve de base para muitos dos comentários feitos aqui sobre tal período, Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

de, nesse momento, apenas explanar elementos que serão retomados posteriormente quando possibilidades interpretativas serão lançadas. Feito isso, inicia-se um processo de contextualização das crônicas, partindo-se de comentários sobre as séries *Bons dias!* e *A Semana*, em que foram publicadas. Amplia-se o trabalho de contextualização abordando os períodos históricos em que ambas as séries foram produzidas, Império e República brasileiros. A isso, seguem-se interpretações mais detidas e comparativas das duas crônicas, apontando para os diferentes momentos históricos a que se referem. Nesse passo, serão lançadas as questões referentes à tentativa de entendimento sobre as especificidades referentes às questões históricas brasileiras presentes nessas crônicas. Por fim, na conclusão, busca-se comentar as considerações feitas ao longo do trabalho, indicando as intenções e os posicionamentos aqui assumidos.

## 1 Sobre o que falam duas crônicas

### 1.1 O início dos *Bons dias!*

A primeira crônica de *Bons dias!* data de 05 de abril de 1888<sup>3</sup>. Nela, o narrador, que depois nos dirá ser um pobre ex-relojeiro que descreu do ofício porque cansou de ver que “os relógios deste mundo não marcam a mesmo hora” (Machado de Assis, in: Gledson, J. (org.), 2008, p. 80), se apresenta convidando o leitor a reconhecer que ele, narrador, é bem criado. Tem educação, já que poderia chegar com chapéu na cabeça e sair dizendo o que quisesse. Iria, então, embora e voltaria na outra semana. Diz não agir assim, no entanto, já que seu “primeiro cuidado” ao chegar “à porta” é dar ao leitor “os bons dias”. O ex-relojeiro não quer, porém, que sua educação passe despercebida e não seja retribuída, porque o leitor será “um grande malcriado” se não “disser a mesma coisa em resposta”. Claro que ele, narrador, que se explica “com tão nobre franqueza”, sabe que existem leitores de diferentes tipos e ele não está se referindo ao leitor “que está agora com o papel na mão, mas ao seu vizinho” (Idem, p. 79).

Na seqüência, diz que, feito seu “honesto” cumprimento, já pode declarar que não apresenta programa. Posição tomada em virtude de um “recente discurso proferido no [Clube] Beethoven”, pois, depois de ouvi-lo passou a considerar “perigoso” que alguém diga com clareza o que vai fazer, sendo o melhor “fazer calado” (Idem, ibidem). O narrador está se referindo ao discurso do ministro Ferreira Viana, conhecido por seu clericalismo, e ministro da Justiça no gabinete de João Alfredo, que, por sua vez, havia sido ministro do Império no governo Rio Branco – sob cujo governo em 1871 aprovou-se a Lei do Ventre Livre. João Alfredo havia, contudo, se oposto à abolição até 1887, quando viu que era necessária. Nesse discurso, Ferreira Viana anunciou que a escravidão seria abolida, mas não disse se ela seria completa ou com prestação obrigatória de serviços por um período limitado de tempo (Cf. Gledson, (org.), 2008, p. 81 e 16). O narrador segue dizendo que ele ao fazer tudo calado, sem apresentar programa, isto é, sem dar satisfação a ninguém, parece-se com o príncipe de Bismarck (referência possível a sua postura antidemocrata e poderosa). Entre a palavra “príncipe” e a indicação de qual príncipe se trata, “de Bismarck”, há, no entanto, um longo

---

<sup>3</sup> Tanto a crônica de *Bons dias!* quanto a de *A Semana* que serão descritas e brevemente comentadas nesse momento, terão alguns de seus trechos transcritos no item 4.1 do presente trabalho. Nos itens seguintes à transcrição, os comentários a elas serão retomados e expandidos em seu viés interpretativo em que será empreendida também a comparação entre ambas.

parêntese, em que o assunto principal é o imperador. Começa dizendo que é sempre bom “parecer-se com príncipe”, pois “dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial”. Lá o imperador era observado pelos fiéis “a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele [o imperador] teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos.” (Machado de Assis, in: Gledson, J. (org.), 2008, p. 79). Termina o parêntese aí. O imperador na Capela imperial remete de imediato à união entre Igreja e Estado, que o regime republicano viria a romper. O narrador aproveita para provocar com a aproximação irônica entre o imperador e “Sua Majestade”: Igreja e Estado, poder político análogo ao divino. Lembremos que era “há cerca de trinta anos” que o “imperador ia a todas as festas” de lá, logo, por esses indícios percebe-se que esse poder não é mais o mesmo. Também a referência a Capela Imperial reforça o comentário sobre a trajetória da realeza no Brasil. Nessa capela, a Família Real e depois a Família Imperial costumavam prestigiar procissões. Ela serviu também, e nisso foi única nas Américas, de palco da Sagração de um rei, D. João em 1818; e da coroação de dois imperadores, D. Pedro I, em 1822 e D. Pedro II, em 1841. Ainda nessa capela, se batizaram e casaram *todos* os príncipes de sangue real desde a vinda da Família Real em 1808 até o fim do período imperial, 1889. E em 1863 ali se havia casado a princesa Isabel com o Conde D’Eu. Chamava-se Capela Real até 1822 quando passou a chamar-se Capela Imperial; em 1889, porém, começou a chamar-se Catedral Metropolitana (TEIXEIRA, 2006, p. 7). Entre esses parênteses do segundo parágrafo da crônica de abertura da série *Bons Dias!*, está parte importante da história do Brasil Imperial, incluindo o prenúncio de seu fim. E a referência ao poderoso príncipe alemão Otto von Bismarck talvez sirva de contraponto à essa provável derrocada monárquica por aqui.

Anunciou nesse parágrafo, entre tantas coisas, que não faria programa em virtude do discurso no Clube Beethoven. Começa o parágrafo seguinte traçando outro paralelo: “Deus, fez programa, é verdade” (Machado de Assis, in: Gledson, J. (org.), 2008, p. 80). E refere o *Gênese* I, 26, em que Deus diz que criou o homem a sua imagem e semelhança para que presidisse (os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, toda a terra e todos os répteis que rastejam por ela). É necessário cuidado, alerta o narrador, para ler esse programa, pois só serve para “persuadir o homem da alta linhagem de seu nariz” (Idem, *ibidem*). Esse programa só serviu para os homens poderem atribuir sua fraude (para terem poder, para presidir) a Deus. E a fraude só é

obra do diabo para os “homens bons”, pois “os maus crêem-se filhos de Deus – tudo por causa do versículo da Escritura.” (Idem, *ibidem*).

Programa falhado, então, o bíblico; mais um motivo para o narrador não apresentar programa, “Portanto, bico calado” (Idem, *ibidem*), como inicia o parágrafo seguinte. As únicas informações programáticas que dá são de que voltará uma vez por semana com seu chapéu na mão e dando os *bons dias*. Antecipa também que não tem “papas na língua”, mas que não deve ser tomado por “homem despachado” que vem nos dizer “coisas amargas”, não tem papas na língua e é “para vir a tê-las” que escreve (Idem, *ibidem*). Nesse ponto nos anuncia que é um ex-relojoeiro que cansou de ver os relógios do mundo não marcarem a mesma hora. Sendo que a única justificativa dos relógios era serem “iguazinhos”, não podendo ter discrepância, se discrepam, como discrepam, “fica-se sem saber nada”, porque, segue o narrador, “tão certo pode ser o meu relógio quanto o do meu barbeiro” (Idem, *ibidem*).

Exemplifica (esse exemplo, como outros nas crônicas machadianas, é dado com ar aparentemente banal, como se não fossem importantes, simples ilustração, afinal) comentando o Partido Liberal. O ponto é que a abolição que se anunciava, sendo uma premissa discursiva do Partido Liberal, teve seus dois principais atos levados a cabo até então por conservadores, em 1850 o fim do tráfico negreiro com Eusébio de Queiróz e a Lei de 28 de setembro de 1871 (*Ventre Livre*) com o visconde do Rio Branco. O discurso referido no início da crônica anunciando o fim da escravidão foi proferido pelo conservador Ferreira Viana. E para o Partido Liberal “a hora pingava”, porque estava perdendo a chance de se colocar como o responsável pela abolição. Os liberais estavam preparando-se para isso, faltando-lhe “só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva” (Idem, *ibidem*). Refere-se aqui aos dois ex-presidentes liberais do Conselho que tinham, pode-se dizer que em conjunto, conseguido a libertação sem indenização para os escravos com mais de 60 anos. Em conjunto, pois eram aliados políticos e o primeiro, Dantas, havia proposto a medida que foi promulgada durante o mandato do segundo, Saraiva (Cf. Gledson, (org.), 2008, p. 82). Porém, os liberais perderam o tempo de serem os abolicionistas. Segundo citação de Gledson (Idem, p. 81-2), Ferreira de Araújo, amigo e, em certa medida, companheiro intelectual de Machado, havia escrito em 19 de março desse ano, 1888, na *Gazeta de Notícias* que os liberais deixaram que a questão da abolição se “adiantasse tanto” (note-se a abertura para a metáfora do relógio, do tempo) que “os senhores (...) pensam mais em libertar-se dos escravos, do que em libertar escravos”. Sendo uma medida favorável aos senhores,

deixava de ser liberal e passava a ser... conservadora, já tendo sido seus principais atos durante o Império executados por conservadores. Desajuste maior é difícil de imaginar. Tanto que depois dos comentários sobre o Partido Liberal, o narrador retoma, “Foi por essas e por outras que descri do ofício [de relojoeiro]” (Idem, p. 80). Logo lança uma justificativa de ter começado a escrever após abandonar o antigo ofício, entre “ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexa menos” (Idem, ibidem). Anuncia um impreciso final de sua presença junto ao leitor referindo mais dois fatos. Ou ficará ali até a chegada do meteorólito Bendegó (que caiu no sertão da Bahia no séc. XIX e estava sendo trazido com muita dificuldade e grande demora); ou, o que diz ser mais provável, ficará até a escolha do Sr. Guai (mencionado como provável candidato a um ministério em 1888 o que viria a ser de fato em 8 de fevereiro de 1889, quando ocupou o cargo de ministro da marinha).

Encaminhando-se para o final, comenta que não sabe se o que escreveu vai ficar muito curto quando impresso, porque dada sua inexperiência em escrever para periódicos, tem parca noção do cálculo da diferença entre letra de mão e de forma. Continua a crônica da seguinte forma:

Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não digo o nome para que cada um tome para si essa lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letra de câmbio – trocadilho que fede como o diabo. Já falei três vezes no diabo em tão poucas linhas; e mais esta, quatro; é demais. (Idem, p. 81).

Toca diretamente na questão econômica ao falar das letras de câmbio, tema que será recorrente na série posterior *A Semana*, sendo de grande importância para o início da República, como veremos mais tarde. O narrador retoma os elementos anteriores do poder, da fraude, através da figura do diabo. Agora pelo aparentemente frívolo comentário sobre o trocadilho, porém trazendo esses elementos todos que haviam sido comentados antes numa combinação diferente, incluindo a economia e o desajuste de sua posição de ex-relojoeiro que agora é cronista.

## 1.2. A primeira de *A Semana*

Em 24 de abril de 1892 iniciava na *Gazeta de Notícias*, mesmo periódico em que Machado havia escrito *Bons dias!*, a série *A Semana*. A crônica de abertura começa com o narrador contando que no início da semana acordou cedo e propôs a si mesmo um problema, ele diz que na verdade trata-se de uma charada, mas chama de problema para

dar dignidade e excitar “para logo a atenção dos leitores austeros”. Compara-se, em seguida, com as atrizes “que já não fazem benefício, mas *feira artística*”. Elas fazem isso mesmo que a “coisa” seja “a mesma”, o espetáculo será comédia, drama, polca, opereta e os bilhetes cresceram do mesmo modo, em número ou em preço. Também os enfeites seriam os mesmos, ramalhetes, lampiões, os cumprimentos, tudo igual, mas o nome mudou (Machado de Assis, in: Gledson, J. (org.), 1996, p. 45, grifo do autor). O narrador aqui muda de assunto e a charada só será retomada ao final da crônica.

Segue dizendo que os nomes são diferentes mesmo que “a coisa” seja a mesma porque, conforme começa o parágrafo seguinte, “Tudo pede certa elevação”. Conta então que conheceu dois velhos estimáveis, que eram vizinhos, que faziam diariamente sua “feira artística”. Um deles era “cavaleiro da ordem da Rosa, por serviços *em relação* à Guerra do Paraguai” (Idem, *ibidem*, grifo do autor). A Imperial Ordem da Rosa foi uma ordem honorífica criada em 1829 pelo imperador D. Pedro I para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com Dona Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt. A ordem premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade ao imperador e por serviços prestados ao Estado, e comportava um número de graus superior às outras ordens brasileiras e portuguesas então existentes. De 1829 a 1831 D. Pedro I concedeu apenas cento e oitenta e nove insígnias. Em contrapartida, D. Pedro II (1840 — 1889), durante o Segundo Reinado, concedeu o título a 14.284 cidadãos. No meio disso, o velho xadrezista recebeu essa ordem honorífica “por serviços *em relação* à Guerra do Paraguai”. Referência muito provável a esse elevado número de concessões durante o Segundo Reinado, em que podem entrar muitos de atuação questionável, muito lateral na “prestação de serviços e pela fidelidade” ao imperador. Serviços relacionados à importante Guerra do Paraguai ocorrida num período considerado de declínio do regime monárquico, de 1865-70, cercado por eventos que incidem na mesma direção, Lei do Ventre Livre em 1871 e da subida, decretada pelo Imperador, em 1868 de Visconde de Itaboraí, um conservador, ao posto de Presidente do Conselho frente à Câmara de Deputados da época, com maioria liberal. Movimento que conduziria à fundação do Partido Republicano em 1870.<sup>4</sup> O adversário no jogo, tenente da Guarda Nacional, criada em 1831 para controlar as revoltas do período regencial, é militar de reserva. No conjunto, os xadrezistas parecem

---

<sup>4</sup> Para essas informações veja-se CARVALHO (2003), p. 199-225; e para algumas formas de relacioná-las à produção (romanesca) machadiana, ver GLEDSON (1986), em especial p. 13-25 e 58-113.

trazer um irônico ar de poder e de elevação “a preço módico”, para falar com Antonio Candido.

No final desse segundo parágrafo repete a frase de abertura: “Tudo pede certa elevação”, e prossegue, “Para não ir mais longe, Tiradentes” (Idem, *ibidem*). E comenta que naquela semana aconteceram as comemorações do centenário do “grande mártir”. E com isso entra de forma explícita nas questões republicanas. Tiradentes e República, e os temas relacionados, ocupam o restante da crônica. O ponto central é o destaque dado ao alferes nas comemorações. Em compensação, os outros conjurados, parceiros de Tiradentes, recebem “meia ração de glória”. Cabendo-lhes “um belo papel”, já que “formam em torno de Tiradentes, um coro igual ao das Oceânides diante de Prometeu encadeado”. O Deus que deu “o fogo aos homens” e será “esse mestre [o fogo] que lhes ensinará todas as artes” (Idem, p. 45-6). Pontos importantes esses. Para José Murilo de Carvalho, um dos acontecimentos centrais que se desenrolaram com o advento republicano foi a batalha travada para o “estabelecimento do mito da origem”. Não era uma disputa sem interesses materiais concretos, pois estava em jogo muitas das posições objetivas que viriam a ser tomadas durante a República. Essas disputas definiriam “a própria natureza do regime” (CARVALHO, 1998, p. 35). Na busca de uma versão oficial que valorizasse a sua própria atuação estavam Deodoro, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva. Cada um trazendo sua visão do que seria a República no Brasil. Assim, o primeiro representava a República militar, o segundo, a Sociocrática e a imagem desse (também) militar não foi construída principalmente como representante dessa classe. De forma mais intensa é caracterizado como ídolo da juventude militar, como preceptor e mestre. Sendo um positivista, mesmo que não ortodoxo, não era militarista, antes almejando o fim do exército (José Murilo não deixa de comentar a ironia do fato de esse ser o posicionamento de um militar). Benjamin chegou a ser colocado na época, formando um “panteão cívico” como símbolo da República, ao lado de Tiradentes representando a Inconfidência e José Bonifácio, a Independência.

Já Quintino Bocaiúva, eleito chefe do Partido Republicano em 1889, precisava que a imagem da proclamação da República não ficasse somente nas mãos de militares, defendia, então, uma aliança com os deodoristas. Em relação a Benjamin Constant, no entanto, a versão dos seus partidários era oposta e buscava reduzir o papel do positivista, colocando-o como um hesitante frente à decisão de proclamar a República (ao contrário, claro, do que fizeram os aliados de Benjamin, que colocavam seu líder positivista como o grande incentivador de Deodoro, o responsável pelo fato de o

movimento não ter sido uma simples “quartelada”). O desfecho é de que “o mito da origem ficou inconcluso, como inconclusa ficara a própria República”, porque as “tentativas de construir o mito original da República revelam as contradições que marcaram o próprio início do regime” (CARVALHO, 1998, p.51-2).

Na construção do mito da origem da República, essas disputas dificultaram a construção de um herói para esse regime. Aí entra Tiradentes. Foi ele usado como herói simbólico da República. Sua figura se torna representativa da disputa entre Monarquia e República. José Murilo mostra como sua imagem, nas reconstruções feitas através de documentos, foi sendo construída, textual e pictoricamente, de forma a aproximá-lo da figura de Jesus (Idem, p. 57-73). De modo que Tiradentes foi importante, até porque os “heróis” são “instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”, principalmente em casos como a República no Brasil, cuja implantação contou com quase nula participação popular (Idem, p. 55).

O narrador que comenta durante a crônica o contraste entre o destaque dado ao alferes em comparação aos demais conjurados, afirma ironicamente que mesmo os demais merecendo atenção, é correto que Tiradentes receba mais destaque nas comemorações, pois o “prêmio” deve ser “na proporção do martírio”, já que foi ele, o alferes, “que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel” (MACHADO DE ASSIS, in: GLEDSON (org.), 1996, p. 45-6). Israel, lembremos, foi o nome recebido por Jacó após ter lutado e prevalecido sobre o anjo de Deus, pouco antes de se reconciliar com seu irmão Esaú (*Genesis*, 32; 3-32). Seus descendentes, o povo de Israel, viria a ser castigado, pois mesmo tendo sido o escolhido por Deus, não soube “fazer o que é reto” (*Amós*, 2;6-3;11).

Segue, no entanto, o narrador a falar da relação entre a “coisa” – termo que usa reiteradamente ao longo da crônica – e “nome da coisa”. Para ele, o alferes tinha contra si a alcunha. Ser chamado de Tiradentes fazia com que existissem pessoas que mesmo o *amando* e *admirando* não conseguissem tolerar esse nome. Contudo, no final das contas, a alcunha não prejudicaria tanto, pois o tempo trará a “familiaridade do nome e a harmonia das sílabas” (Idem, p. 46). Propõe que imaginemos como seria se o alferes fosse conhecido como “cirurgião-dentista”, seria o mesmo herói, o mesmo ofício, mas “traria outra dignidade”. E acrescenta, “Podia ser até que, com o tempo, viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião” (Idem, *ibidem*). Como se vê, no que tange aos nomes, a distância entre Tiradentes e cirurgião é bem curta. Em seguida,

conta uma anedota de um noivo que estava adiando bastante seu casamento. Ao ser inquirido pela família, diz que o adiamento se deve a necessidade que sente de receber seu diploma para poder-se casar com o título de “agrimensor”. A futura sogra diz que ele deve casar, e o “título virá depois” (Idem, ibidem). Quando o noivo contra-argumenta, no entanto, dizendo que o que quer mesmo é casar doutor, tudo muda. Todos “entenderam esta sutileza” e “aprovaram o moço” que “Dali a três meses recebia (...) os títulos de agrimensor, de doutor e de marido” (Idem, p. 47).

Terminando assim o parágrafo, o próximo (e último) inicia da seguinte forma: “Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo” (Idem, ibidem). A eleição a que se refere é a de uma vaga para o Senado que viria a ser preenchida por Aristides Lobo. Gledson comenta em nota a essa crônica que a *Gazeta de Notícias* havia informado que dos 25.026 eleitores da Capital Federal, apenas 3.112 compareceram para votar (cf. *Gazeta de Notícias* apud GLEDSON (org.)1996, p. 47). O narrador, prosseguindo, afirma que não entendendo de política, ignora o porquê de uma ausência tão grande do eleitorado na eleição. E diz, numa tirada que traz novamente para a discussão, de uma só vez, Tiradentes e Prometeu, esse de forma implícita: “Há quem não veja em tudo isto mais do que ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios” (MACHADO DE ASSIS, in: GLEDSON, 1996, p. 47). Reaparecendo a figura pagã ao lado do mártir recoberto de áurea religiosa e republicana.

Segue o narrador e afirma que a única coisa que sabe é que ele havia ido a sua seção. Lá, porém, a urna estava “na rua, com os livros e ofícios” (Idem, ibidem). E mesmo que “outra casa” os houvesse acolhido, de nada adiantou, pois “os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco” (Idem, ibidem). Discute então, com os outros quatro eleitores – e só aqui retoma o problema (ou charada) que havia se proposto na segunda-feira da última semana e enunciado ao leitor lá no primeiro parágrafo – “que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo” (Idem, ibidem). As opiniões se dividiram e uns foram pelo ovo, outros pela galinha, até o galo teve um voto (eleição empatada, portanto...). Só quem não teve votos foram os candidatos, já que os mesários não vieram. Afirma que poderia terminar a crônica em prosa, mas prefere em verso e cita os versos iniciais de “Sara La baigneuse”, das *Orientales* de Victor Hugo.

## 2 As séries

### 2.1 Algum sentido programático: a série *Bons dias!*

Encerradas sempre com um “*Boas Noites.*”, que era uma espécie de “despedida-pseudônimo”, as crônicas da série *Bons dias!* integram um já longo período de colaboração de Machado com o periódico *Gazeta de Notícias*. Essa trajetória, iniciada com a participação do autor na série *Balas de estalo* (1883-6), que, inclusive, representa uma experiência única na produção machadiana, no sentido de corresponder a uma escrita coletiva em que os autores revezavam-se nas produções, sendo que todos usavam pseudônimos<sup>5</sup>, se estendeu até *A Semana*. Entre a série *Balas de estalo* e *Bons dias!*, Machado escreveu ainda a curtíssima série *A + B* (7 crônicas dialogadas sob o pseudônimo de João das Regras e publicada entre setembro e outubro de 1886<sup>6</sup>) e *Gazeta de Holanda* (um conjunto de 49 crônicas em verso publicadas sob o pseudônimo de Malvólio no período de novembro de 1886 a fevereiro de 1888, pouco mais de um mês, portanto, antes do início de *Bons dias!*).

John Gledson vê na passagem da série *Gazeta de Holanda* para *Bons dias!* uma intenção de Machado de adequação às necessidades que as circunstâncias históricas apresentavam. Para o crítico, as crônicas da série escrita entre 1888-9 “estão influenciadas (...) mais do que em qualquer outra, pelos acontecimentos políticos e pelo fluxo da história, vista e experimentada, de perto e de longe.” (GLEDSON, 2008, p. 13). No centro de sua argumentação está a idéia de que a série havia sido concebida para tratar das questões da abolição que se anunciavam e se mostrava eminente (como vimos, na primeira crônica há referência ao discurso de ministro Ferreira Viana que anuncia, possivelmente pela primeira vez com clareza na história da escravidão, o seu fim).

O crítico monta uma análise da série tomando-a como uma “narrativa” (com intuito metodológico, sem, claro, supor que se trata de uma narrativa no sentido estrito do termo). Vê no desenrolar da série momentos distintos que acompanhariam as

---

<sup>5</sup> Os autores e pseudônimos eram, inicialmente: “Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha (ambos assinados por Henrique Chaves), Décio e Publicola (assinados por Demerval da Fonseca), Lélío (Machado de Assis), Mercutio e Blick (assinados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Posteriormente, ingressaram Confúcio, Ly e Carolus, todos ainda sem identificação.” (RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e Humor nos últimos anos da monarquia. In: CHALHOUB, Sidney ET alii. *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005, p. 117).

<sup>6</sup> Sobre essa série veja-se CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. In: CHALHOUB, Sidney ET alii. *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

circunstâncias em relação ao projeto que teriam motivado a escrita de *Bons dias!*. Assim, divide a série em três blocos e os comenta fazendo divisões das crônicas de acordo com espécies de momentos culminantes dessa “narrativa”. O início em que a abolição é tratada pelo viés do paradoxo de ter sido promulgada por um governo conservador. Tendo sido concebida pra tratar especialmente do tema da eminência da abolição, depois que essa acontece, o assunto, claro, são suas conseqüências, tendo como aspecto principal a precariedade da situação em que ficaram os ex-escravos. Na seqüência, Gledson vê uma mudança de foco, que constituiria o terceiro momento desta “narrativa”, sendo que o que vem para o centro da cena agora é o prenúncio da República e questões relacionadas, como o federalismo. O poder da oligarquia também marca presença e um bom exemplo é o da crônica de 11 de maio de 1888, em que o narrador afirma que *“Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist”* [Seria fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que um monarquia constitucional] (MACHADO DE ASSIS, , in: Gledson, J. (org.), 2008, p. 105 e, para a tradução da passagem, GLEDSON, in: ibidem, p. 32).

A partir da décima crônica, do dia 11 de junho de 1888, Gledson entende que haja um esgotamento do impulso que gerou a série. Vale-se para isso, dos dados da periodicidade da publicação – que até então foram semanais, mas depois começaram a variar bastante – e também no problema de tratar do assunto a que, para Gledson, o cronista se havia destinado desde a abolição que era a República, e que “se localizava no futuro, por assim dizer”, sendo, portanto difícil “encontrar material contemporâneo para tematizá-lo” (Idem, p. 46). A série só recupera seu ímpeto, digamos, quando Dom Pedro II chama o Visconde de Ouro Preto, um liberal, para presidência do Conselho. Daí para o final, as crônicas vão tratando, como é típico do gênero, dos temas cotidianos e intercalam comentários sobre a possível forma da República que se anuncia. Momentos finais da série em que o crítico vê um narrador-cronista contrário ao novo regime que se apresenta inevitável (é importante que se diga, no entanto, que a série termina em 29 de agosto de 1889 antes, portanto da proclamação da República).

Em termos de conclusão, Gledson aponta os temores de que o federalismo levasse à ditadura como possível causa do fim da série. Pois, em tal contexto, nem mesmo o diálogo falsamente cortês ainda era possível. Ressalta também que essa série, como havia anunciado no início de seus comentários, manteve uma relação muito profunda com os acontecimentos políticos de seu tempo e ainda destaca as conexões

que a série, assim como a transição de um regime para outro, guardam “com outras obras, notadamente *Quincas Borba*” (Idem, p. 58). O estudo dessa série, fornece, então, “pistas” para entender mudanças no enredo desse romance, mas isso não tira, ressalva Gledson, a importância da série em si, bem como de seu estudo.

## 2.2 Fogo cruzado: *A Semana*

Na introdução à edição crítica dos primeiros dois anos de publicação da série *A Semana*, Gledson enfatiza a importância do entendimento do contexto histórico para “toda compreensão válida” das crônicas da série, incluindo a compreensão literária. Para ele, “se há uma história para contar que ligue as crônicas como um todo, ela baseia-se na reação de Machado à cena política e social que o cercava, num período muito turbulento” (GLEDSON, 1990, p. 12). Nessa série, é ratificada a postura irônica de Machado quanto à frivolidade a que o gênero crônica está destinado no tratamento e escolha dos temas abordados pelo cronista.

O crítico coloca no centro do problema em estudo o entendimento das causas que levaram Machado a iniciar a série naquele momento, depois de ter encerrado há quase dois anos e meio a série *Bons dias!*. Para ele, a atitude de Machado de iniciar essa série, cujas crônicas eram publicadas todos os domingos na *Gazeta de notícias*, se deu, em grande medida, graças à possibilidade de gozar de certo prestígio aos olhos do público, pois, conforme evidências levantadas por Gledson, mesmo essa série não sendo assinada, o reconhecimento de Machado como seu autor era público. E o escritor se valeria de tal posição para buscar um posicionamento, estaria “se situando (se defendendo), no momento político, com certo cálculo” (Idem, p. 13).

Essa situação política na qual Machado iniciou a escrever a série era muito tensa e piorou no decorrer do tempo. Os golpes de Deodoro e depois de Floriano constituem as raízes dessa situação, sendo que a credibilidade do primeiro estava especialmente abalada pelos escândalos do Encilhamento; e a do segundo pela postura acentuadamente ditatorial, que contava com a deposição dos governadores que haviam apoiado Deodoro. Esse “terror político”, conforme Machado caracteriza essa situação na crônica de 08 de maio de 1892, vem a piorar com a Revolução Federalista e com a Revolta da Armada, iniciadas em fevereiro e setembro de 1893, respectivamente.

O crítico inglês aposta que essas experiências advindas da passagem para a República tiveram importância para a construção de romances como *Dom Casmurro*

(1899) e *Esau e Jacó* (1904). Ele embasa seus comentários tanto na existência de episódios relacionados ao momento histórico de escrita das crônicas (como no caso de *Esau e Jacó*, cuja diegese percorre o período de 1871-1894, passando, portanto, entre outros momentos importantes, pelo início a até a metade do período de publicação da série) quanto por traços formais como a mentalidade de Bento Santiago, que escreve em 1899, confusa entre “verdade e falsidade” (Idem, p. 15-22).

Além dos motivos óbvios que a violência com que o novo regime estava sendo implantada trazia para que o cronista repudiasse a República no Brasil, Gledson aponta o receio de desintegração do país como outro motivo para que o autor mantivesse tal postura. Para o crítico, a perspectiva de Machado era de que por pior que fosse o sistema monarquista vigente anteriormente no Brasil, também fraudulento e com inúmeros resquícios arcaizantes, as trocas de poder não traziam a possibilidade de guerras civis, sendo, portanto, melhor do que o que estava acontecendo naquele momento. Além disso, a chance de o federalismo, reforçado pela tendência ditatorial dos governos republicanos, ocasionar a fragmentação do país, que ficaria mais fragilizado e corresse o risco de tornar-se (de fato) colônia inglesa também é apontada pelo autor como uma das possíveis cogitações machadianas para o momento que o faziam se voltar contra a política vigente.

Por mais assustadoras que essas situações pudessem ser, para Gledson, nenhum delas surpreendia muito Machado. Quando o assunto eram os rumos da economia, no entanto, o crítico aposta no contrário. Tendo no centro o Encilhamento, ele lança a suposição de que o cronista poderia estar sentido falta de “sintonia com os tempos” (Idem, p. 20) devido àquela emissão absurda de dinheiro e as batalhas especulativas ocasionadas por ela, o que teria afetado sua relação habitual com os leitores. Depois de iniciada a série, no entanto, o autor tratou da questão em diversas crônicas e com posicionamento definido, opondo-se a ela e levando a discussão para o âmbito moral. Discutindo, com isso, o movimento mais amplo da perda de valores e do despreparo da nação brasileira para a etapa do desenvolvimento capitalista que se apresentava. Algo que poderíamos entender olhando para os fatos como uma “vitória do espírito do capitalismo *desacompanhado* da ética protestante” (CARVALHO, 1987, p. 26, grifo meu).

Na seqüência, Gledson vai tentar entender a “situação total à qual Machado reage”, que considera tenha mudado muito desde o final de *Bons dias!*. Considera que “uma área significativa em que a conjuntura pode ser analisada é a cidade do Rio”

(GLEDSON, 1990, p. 23). Comenta a partir daí as relações entre as administrações da cidade e a presidencial, tendo como ponto de partida a prefeitura de Barata Ribeiro e a presidência de Floriano Peixoto e as tentativas de ‘racionalizar’ a cidade, início de um planejamento criminoso que só atingiria resultados mais amplos (mais desumanos) dez anos depois com a construção da avenida central e o conhecido “bota a baixo”, quando o prefeito era Pereira Passos e o presidente Rodrigues Alves. Há nesse movimento um choque entre a velha cidade e as tentativas de modernização que estavam sendo operadas. Nisso se desgasta a relação mantida com a velha cidade, com seus pequenos fatos, gerando um clima de relativa intimidade entre narrador-cronista e seus leitores, pressupondo uma existência conjunta, de experiência compartilhada.

Há certa correspondência entre o primeiro ano de publicação da série e a administração de Barata Ribeiro (que durou de abril de 1892 a maio de 1893). Gledson considera como integrante importante dessas mudanças o dado de tratar-se de uma administração cientificista em choque com uma “tradicional forma de vida” (Idem, p. 24), que gerou posicionamentos até favoráveis da imprensa no momento, contrariando Machado, que se opunha terminantemente a posturas autoritárias. Ele chega, em momentos como esses, valer-se de recursos memorialísticos, como na crônica de 29 de janeiro de 1893 em que ao comentar em que passa das “reminiscências de Jericó” (que teve suas muralhas destruídas por Josué) para o tempo de “quando eu [narrador] era menino” (Machado de Assis, in. Gledson (org.), 1990, p. 188).

O crítico interpreta esse recurso memorialístico não como uma fuga a esses assuntos, mas como um comentário mesmo sobre eles. A própria trajetória da *Gazeta* nesse período está atrelada ao autoritarismo vigente, ela chegou a ser fechada durante três meses ao final de 1893, devido a um editorial de Ferreira de Araújo criticando abertamente Floriano Peixoto por, através de decreto, ter retirado de Rui Barbosa, que achava-se exilado na Argentina, as honras de general-de-exército brasileiro. Ferreira de Araújo vê o fato, além de ser um abuso notório de autoritarismo, uma politicagem mesquinha por artigos que Rui escrevia em oposição ao regime florianista. A *Gazeta* reabriria em 1º de janeiro de 1894 e a série *A Semana* recomeçaria também nessa data e iria até 28 de fevereiro de 1897, data publicação da última crônica escrita por Machado.

### 3 Mat[r]izes práticas

#### 3.1 Império: escravidão e dualidade

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 uma série de mudanças foram desencadeadas no cotidiano e no universo político brasileiro. Um imenso quadro burocrático-administrativo tomou conta da corte. Com o desenvolvimento urbano (de grande intensidade, porém relativizável, pois tomado em comparação com o universo ruralizado brasileiro) advindo de tal acontecimento, outros fluxos migratórios se desenvolveram, inclusive, os próprios portugueses continuaram aportando no Rio até a Independência. Seja pelos monarquistas comprometidos com o sistema que se desintegrava nas outras províncias sul-americanas, seja pelos administradores de outras colônias lusas ou, ainda, mineiros e fluminenses de outras partes do estado, a capital do Império foi tomada por um aumento populacional significativo. Com o aumento da população livre, veio o da cativa. A baía de Guanabara já era desde o fim do século XVIII o maior terminal negreiro da América, no entanto, a partir de agora, mesmo que a maior parte dos escravos se destinasse à zona agrícola, era cada vez maior o número dos que se destinavam ao meio urbano, dado o aumento da necessidade de prestação de serviços.

A presença maciça da escravidão no ambiente que se queria urbano na corte acentua e explicita outra dimensão ao paradoxo da dualidade brasileira (cujos fundamentos sociais e econômicos estavam na convivência entre liberalismo e escravidão, como será comentado posteriormente). O padrão urbano e pretensamente civilizatório teve que conviver com o ‘lado negro’ (e que todas as ambigüidades venham à tona com essa expressão) que a pseudo-ideologia burguesa e moderna explorava. Leve-se também em conta, para isso, que o direito de posse privada do escravo deve-se a uma permissão em âmbito público. Sendo assim, o escravo está no centro dessa contradição entre “*ordem privada*” e a “*ordem pública*”, manifestando “a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública.” (ALENCASTRO, 1997, p. 16, grifo do autor). E não se trata de continuidade do quadro escravocrata colonial, conforme Alencastro,

o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a

escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a para a contemporaneidade. (Idem, p. 17)

Com o poder centralizador que a monarquia exercia, os conflitos entre interesses da corte e o mandonismo municipal também eclode. O governo central restringe o alcance das decisões dos vereadores a interesses locais, sendo-lhes vedado deliberar sobre questões políticas provinciais ou gerais. O poder público passa a ser exercido pelo governo central que reduz a autonomia dos municípios e dos juízes de paz eleitos nas cidades, assim como dos juízes municipais indicados pela câmara (Idem, ibidem). Essas autoridades locais agora desapoderadas eram escolhidas pelos proprietários, que, logo, também ficavam politicamente fragilizados. A disputa municipal, já que a debilidade dessa esfera se deu em detrimento do aumento do poder provincial, vai para essa zona regional mais ampla. Essa, logicamente mais poderosa que os municípios, defendem com mais força seus interesses privados. Para conseguir representatividade política, os proprietários precisavam contar com os votos de seus dependentes, daí o desenvolvimento do escravismo se dar em paralelo com o “paternalismo, o patriarcalismo rural e urbano” (Idem, p. 20-1).

Esse passo torna mais ampla a dimensão do entrelaçamento entre o público e o privado que se desenrola no Império brasileiro. Isso porque passa a abarcar também, o sistema eleitoral. Ele se caracterizava, após a Independência pela distinção entre eleitores de primeiro e segundo grau. Sendo que os homens brasileiros que tivessem mais de 25 anos e com renda anual de cem mil-réis, mesmo se fossem analfabetos ou ex-escravos, poderiam ser eleitores de segundo grau, ou “votantes” como também eram chamados. Eles tinham o direito de votar na eleição que escolhia os eleitores de primeiro grau. Em geral, eram necessários trinta votantes para escolher um eleitor de primeiro grau. Esse deveria ter o dobro da renda dos votantes, duzentos mil-réis anuais, e poderia se candidatar aos postos de vereador. Para candidatar-se a deputado, no entanto, a renda deveria dobrar e chegar a quatrocentos mil-réis. Um candidato a senador deveria, por sua vez, ter o dobro da renda desse último, e atingir os oitocentos mil-réis anuais. Devido à “exigüidade” da existência da população adulta e livre no meio rural, analfabetos e ex-escravos que dispusessem da renda mínima também poderiam se candidatar a eleitores de segundo grau e a vereador (Idem, p. 21 e 443). Muitas fraudes ocorriam nesse sistema, visto que muitos indivíduos que não cumpriam os pré-requisitos necessários acabavam sendo considerados votantes para eleger os proprietários das terras em que viviam. Daí o coronelismo e os currais eleitorais se

desenvolvendo nesse e universo de agregados e dependentes que também se desenvolve e marca a base da experiência monárquica brasileira.

Pela perspectiva da base sócio-econômica, pode-se entender que a Independência do Brasil representou a transição do país para um novo momento do desenvolvimento do capitalismo. Essa transição, porém, se deu aqui com o manutenção da estrutura econômica anterior, colonial. A escravidão, como se sabe, estava na base desse sistema produtivo e permaneceu após a Independência, mesmo que o processo de emancipação política alterasse as relações internas da elite política e as externas, as relações estrangeiras.

Com essa transição, passaram a co-existir na realidade brasileira dois sistemas antagônicos. De um lado, o país achava-se vinculado ao movimento moderno (que tinha, claro suas contradições e incongruências, mas essas surgiam da situação efetiva das formas de trabalho existentes nos países em que estavam surgindo) de liberdade, desenvolvimento do capital e de cidadania generalizada, que tinha como paradigma a França e a Inglaterra; de outro lado, o atraso das relações econômicas de base permaneciam. Assim, no Brasil Imperial os incompatíveis conviviam: as “conquistas liberais da Independência” e o modo de produção escravocrata, com seus elementos constitutivos, senhor e escravo, latifúndio e dependência pessoal, escravidão e tráfico negroiro – até 1850 – e a monocultura de exportação (SCHWARZ, 2000, p. 36-7).

O paradoxo se acentua, pois o que aconteceu não foi ‘apenas’ que a ligação do Brasil com “a ordem revolucionária do capital” não acarretou a transformação dos modos de produção, mas passou a confirmá-los e promover “na prática”. Como diz Schwarz, “A mão-de-obra culturalmente segregada e sem acesso à liberdade do tempo deixava portanto de ser uma sobrevivência passageira, para fazer parte estrutural do país livre” (Idem, p. 37). De modo que a situação econômica moderna, contemporânea desse período, exigia a permanência dos laços afetivos (das relações pessoais) do modelo tradicional e da ideologia colonial arcaica. Situação essa necessariamente contraditória, que associava ao “ideário liberal (...) necessário à organização e à identidade do novo Estado e das elites” as relações econômicas efetivas, que se opunham a esse ideário, que, logo ficavam esvaziados, pois não expressavam em nada aquelas relações de trabalho, mesmo que convivessem “familiarmente com elas”. Assim, no Brasil, a forma de desenvolvimento capitalista ocorrida ao invés de transformar as “formas anteriores de opressão”, se deu pela “reprodução e agravamento delas” (Idem, p. 38-9). Na relação com a obra machadiana, como exemplo, pode-se referir a leitura do próprio Roberto

Schwarz, que vê no narrador das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, um proprietário que narra em primeira pessoa, através do arbítrio e da volubilidade, que consiste em uma “alternância sistemática de perspectivas” e num “desdizer e descumprir a todo instante as regras que ele próprio acaba de estipular” (Idem, p. 11 e 223), uma forma de mimetizar as implicações estruturais do quadro histórico descrito.

### 3.2 A não-cidadania dos bestializados: República

Pelo ideário republicano, o povo deve ser o protagonista dos acontecimentos. Os eventos que culminaram com a proclamação da República brasileira em 1889, no entanto, foram marcados pela ausência dessa camada. Isso explicita um problema próprio da formação da vida política brasileira, a prática da cidadania, a relação entre o cidadão e o Estado. Quanto a isso, José Murilo de Carvalho faz a ressalva de que se deve fugir de uma visão maniqueísta em que o povo é simples vítima, impotente diante das estratégias de poder do Estado. Antes, deve-se procurar entender essa relação como uma “via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada” (CARVALHO, 1987, p. 11). É inerente a todo sistema de dominação que desenvolva para sua sobrevivência bases que o legitimem, podendo essa base ser, até mesmo, a “apatia dos cidadãos” (Idem, *Ibidem*).

O período imperial brasileiro foi bastante conturbado. Fim do Primeiro Reinado, Período Regencial com suas diversas revoltas, de cunho separatista ou não, e o Segundo Reinado, compuseram um século XIX com inúmeras questões de grande relevo para a formação histórica brasileira. A escravidão e suas fases rumo à abolição, o coronelismo, a própria permanência do sistema monárquico mesmo após a Independência em 1822 constituem um quadro de referências empíricas de valor histórico-ideológico com implicações culturais pertinentes para o entendimento da produção literária brasileira do período.

A transição para a República representou, por sua vez, a primeira grande mudança no regime político desde a Independência. A concentração desse movimento se deu na antiga corte e primeira capital da República, o Rio de Janeiro. Como lembra José Murilo de Carvalho, as cidades foram tradicionalmente o lugar de exercício da cidadania, sendo, inclusive, cidadão, etimologicamente, o habitante da cidade. Teoricamente, o Rio de Janeiro nos primeiros anos da República, com seu quase meio milhão de habitantes, sendo a capital política e administrativa, seria o melhor lugar para

o desenvolvimento da cidadania (CARVALHO, 1987, p. 13). Esse lugar de destaque, no entanto, serviu apenas para aumentar a frustração de uma ‘República que não foi’, na expressão cunhada pelo historiador.

A cidade do Rio de Janeiro teve na primeira década republicana a fase mais turbulenta de toda sua história. O novo regime tinha a necessidade de formar uma nova comunidade política que tivesse suas bases assentadas num outro “pacto de poder” que se diferenciasse do Império (Idem, p. 31). A consolidação do novo regime se deu de forma bastante conturbada, envolvendo, de uma forma ou de outra, muitos habitantes da cidade do Rio nos problemas políticos, sociais e econômicos do momento. Diversas transformações que vinham ocorrendo no país ganharam uma nova dimensão e puderam ser visualizadas de forma diferente em decorrência dos novos acontecimentos. Seja no campo demográfico, econômico, político ou na questão dos costumes, as transformações se fizeram sentir.

Antecedendo em alguns meses a instauração do regime republicano, a abolição da escravidão foi responsável por uma sensível alteração no quadro populacional do Rio de Janeiro, tanto no que diz respeito à “composição étnica” quanto à “estrutura ocupacional” (Idem, p. 16). Os ex-escravos foram lançados no mercado de trabalho livre o que provocou um êxodo intenso no sentido campo-cidade. Junto com eles, uma série de imigrantes, sobretudo de portugueses, elevou o número de subempregados e de desempregados no Rio. Para que se tenha uma idéia, de 1872 a 1890 a população da cidade do Rio passou de 266mil para 522mil e só no ano de 1891 166.321 imigrantes chegaram à cidade, sendo que 71.264 habitantes saíram para os estados. Esse influxo alterou diretamente a relação dos habitantes com a cidade. Muitos moradores não eram nascidos ali, sendo que em 1890 apenas 45% dos habitantes do Rio eram nativos, os demais se dividiam em brasileiros de outras regiões ou estrangeiros, sendo que esses últimos compunham 28,7% da população total da cidade (Idem, p.16-17).

Também o desequilíbrio entre os sexos resultou dessa imigração intensa, sendo que em 1890, entre os estrangeiros, a quantidade de homens era maior que o dobro da de mulheres. Em termos absolutos, a predominância masculina estava em torno de 56%. Isso leva a um número reduzido de “famílias regularizadas”, no sentido burguês do termo, devido ao grande número de solteiros (Idem, p.17).

O rápido crescimento populacional em virtude dessas migrações em longa escala criou um grande contingente de trabalhadores muito mal remunerados ou sem ocupação fixa. Uma série diferente de classes trabalhadoras vinha se formando, sendo que

somados, em 1890, domésticas, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas, ciganos, trapeiros, engraxates, carroceiros associados a pessoas de ocupação duvidosa, no campo da ilegalidade, chegavam a 100mil (do total de 522 mil habitantes da cidade). Esse número vinha crescendo, e em 1906 chegava a 200mil. Essas pessoas “viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas” (Idem, Ibidem).

Outra conseqüência, essa um tanto óbvia, do crescimento populacional acelerado foram os problemas de habitação. Esses problemas somados afetaram intensa e diretamente as condições de vida no Rio e agravaram alguns já antigos problemas da ex-corte. Desembocando em questões de higiene que trouxeram no bojo surtos de epidemia, sendo o ano de 1891 “particularmente trágico” nesse sentido, “pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose”. Isso tudo levou a taxa de mortalidade a seu mais alto índice, 52 em cada mil habitantes. A média até 1896 foi de 35 por mil, sendo a única exceção o ano de 1893 (Idem, p.18-9).

Economicamente o quadro também revelou uma movimentação muito intensa. Em virtude do famigerado Encilhamento, que, assim como o intenso êxodo rural e leva de imigrantes, tem suas raízes na abolição da escravidão, verdadeiras batalhas especulativas foram travadas. O grande fluxo de dinheiro emitido já pelo governo imperial – no que foi seguido pelo governo provisório (republicano) –, tinha como objetivo aplacar os cafeicultores (agora tendo que pagar salários e precisando suportar a crise de exportação de seu produto, o principal na pauta de exportação do país) e também dar conta de uma urgência real de moeda circulando, também em virtude da necessidade de efetuar o pagamento de salários. Compondo o quadro cotidiano da cidade, nos seus dois anos iniciais o novo regime, “pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação” (Idem, p. 20). Como conseqüência, um aumento do consumo de produtos importados, ou seja, quase tudo que se consumia, leva-os a um encarecimento muito grande. Devido a isso, a inflação se generaliza e, para aumentar ainda mais o custo de vida, o câmbio cai (Idem, Ibidem). Lembrando da imigração crescente, a questão populacional, necessariamente atrelada aqui às de identidade e cidadania, volta à cena, pois a oferta de mão-de-obra é expandida e a disputa pelos empregos, por mais miseráveis que fossem, é acirrada (tal situação será o motor do movimento denominado jacobinismo, cujos ataques se

dirigiam principalmente aos portugueses, imigrantes que chegaram em maior número e ainda ocupavam lugar importante nos setores comercial e imobiliário).

Politicamente a capital federal sente fortemente a transformação. Criou-se uma expectativa, que logo se frustrou, de participação política das camadas antes totalmente excluídas. Militares ocuparam o poder, operários organizaram-se politicamente formando partidos, fizeram greves; funcionários ligados ao transporte efetuaram paralisações na capital, impossibilitando o abastecimento da capital que dependia da rede ferroviária e do porto para isso. Não só operários, mas pequenos proprietários e funcionários públicos também tiveram sua atuação política pela primeira vez. Esses, no entanto, mais em virtude da “xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos”, sendo que “os jacobinos mantiveram um clima generalizado de tensão política” (Idem, p. 23), tendo seu movimento se estendido até 1898. Dentro da agitação quase generalizada, os capoeiras e os anarquistas estrangeiros sofreram as reprimendas mais intolerantes por parte do governo. Os primeiros eram enviados a Fernando de Noronha, os últimos, deportados. Ligada às questões políticas, diferentes correntes de pensamentos tiveram ressonância no ideário republicano brasileiro. Algumas já marcavam presença, ou pelo menos já tinham dado às caras, no Império, como o liberalismo e o positivismo. Casos como o socialismo e o anarquismo, no entanto, só foram impulsionadas com a República. Em seu movimento geral, no entanto, conforme José Murilo de Carvalho, “A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas” (Idem, p. 24). Antes trata-se de um ideário importado.

O historiador também destaca os intelectuais de classe média e “artesãos qualificados” viram uma possibilidade de intervir na política através de propostas socialistas (Idem, p.25). Seu procedimento consistia principalmente em organizar jornais e propagandas e agir de modo a concretizar seus princípios. Para José Murilo, é possível que “a nova atitude dos intelectuais em relação à política” tenha sido mais importante que a própria circulação de idéias que se dava nessa fase inicial da República brasileira (Idem, Ibidem). A nota geral era entusiástica em relação à República e até mesmo gente como Olavo Bilac, que jamais se haviam concretamente ligado a ações políticas o fizeram. Durante o governo de Floriano Peixoto (que assumiu de forma inconstitucional e mandando prender quem se opunha a sua posse), no entanto, a relação dos intelectuais com a República começou a ser diferente e muitos tiveram que fugir do Rio para não serem presos, sendo caso emblemático (e, em certa medida, traumático) da

frustração intelectual com a República, o suicídio de Raul Pompéia ao final de 1895 (p. 26).

José Murilo comenta ainda o impacto do novo regime para as mentalidades. Segundo o historiador, um sentimento de libertação tomou as elites, que já não tinham mais aquela figura “austera e patriarcal do velho imperador”. Associado a isso, a febre de enriquecimento possibilitada pelo encilhamento levou à “vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante” (Idem, p. 26); só importando a posse, que não era controlada por nenhum pudor de índole ética. A moral e os costumes também foram atingidos por esse processo e tornaram-se mais comuns e explícitos comportamentos tidos como perniciosos. Ações que tentavam reprimir esse novo tipo de comportamento foram empreendidas pelo governo aumentando o descontentamento da já insatisfeita maioria da população das camadas populares. Aliás, conforme José Murilo, a Monarquia caiu durante seu momento de maior aprovação por parte dessas classes, cuja simpatia se encontrava embalada ainda pelas comemorações da abolição, sendo os proletários e a população negra os mais envolvidos nessa simpatia. A República não obteve jamais a adesão do setor pobre da população, especialmente dos negros (Idem, p. 29).

Os acontecimentos reforçaram a tremenda diferença existente entre as elites e os demais setores. Expondo tensões entre governo e população surgidas em decorrência do novo regime. Para José Murilo, “O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder.” (Idem, p. 31) A instabilidade precisava ser combatida para que a organização política e econômica continuasse a corresponder aos anseios dos que os controlavam. Urgia reduzir a movimentação política da capital. Era necessário atacar, em especial, duas frentes, os militares deveriam sair do poder e a participação popular deveria ser contida. A forma encontrada para isso foi fortalecer os estados e integrá-los e ao mesmo tempo submetê-los ao poder, “cooptando suas oligarquias” (Idem, p. 32). No caso da capital, o governo municipal teve seu poder reduzido e o federal, ampliado. Aliada a isso, a falsidade do processo eleitoral com participação muito pequena altamente fraudulenta tornava a relação entre os cidadãos e o governo muito distanciada, já que não se vislumbra representação em um processo eleitoral assim conduzido, ainda mais se pensarmos que “O fato era agravado pela freqüente nomeação de prefeitos e chefes de polícia totalmente alheios à vida da cidade, muitas vezes trazidos dos estados pelo presidente da República” (Idem, p. 35). Em sua maioria, esses chefes do governo eram médicos ou em engenheiros (muito diferente da

tradicional formação jurídica da elite brasileira). Tudo isso ampliava a perspectiva de governo com viés autoritário e autocrático.

O alheamento dos governantes em relação à cidade levou à implementação de medidas que, pelo grau de inaplicabilidade, praticamente forçavam os habitantes a descumpri-las, ou seja, o Estado podia levar os habitantes da cidade à ilegalidade. O primeiro exemplo dessas medidas foi o Código de posturas municipais (1890). As medidas daí advindas se referiam de forma especial a casas de aluguel e de pasto, mas acabaram sendo suspensas. José Murilo acredita que, caso não fossem suspensas, essas medidas poderiam levar a uma primeira versão da revolta da Vacina, que ocorreria 14 anos depois. Isso porque as medidas incluíam a “proibição de que hotéis, hospedarias e estalagens recebessem pessoas suspeitas, ébrios, vagabundos, capoeiras, desordeiros em geral” (Idem, p. 36). Todos os hóspedes deveriam ser registrados e terem seus dados entregues à polícia. As habitações abrigavam todo tipo de pessoas, incluindo um “vasto contingente do mundo da desordem” que “de uma hora para outra deveriam ter registro na polícia ou ficariam sem ter onde morar, caso os proprietários cumprissem rigorosamente a lei” (Idem, *Ibidem*). Logo se percebe que é uma lei que não se aplicava ou se fosse aplicada o seria pelo uso da violência.

No conjunto, os acontecimentos decorrentes da nova situação e as medidas tomadas pelas autoridades para evitar o risco de manifestações políticas frustrou as expectativa que se tinha no início em relação a uma possível ampliação de participação política. Intelectuais, operários, jacobinos, o grosso da população em geral não tinha vez. José Murilo interpreta essa situação de forma lapidar:

a preocupação em limitar a participação, em controlar o mundo da desordem acabou por levar à absorção perversa desse mundo na política. (...) A ordem aliava-se à desordem, com a exclusão da massa dos cidadãos que ficava sem espaço político. O marginal virava cidadão e o cidadão era marginalizado.” (Idem, p. 38)

O mundo dito da desordem participava da política, mundo dito da ordem, através dos serviços que capoeiras, desempregados e outras pessoas com necessidade financeira eram contratados a fazer para que as fraudes eleitorais continuassem a acontecer. A ação popular existia, no entanto “esse mundo passava ao largo do mundo oficial da política. A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentido de pertencer a uma entidade coletiva” (Idem, *ibidem*). Daí a oposição muitas vezes violenta entre o poder oficial e os diversos poderes de pequenas comunidades que se constituíam em oposição às autoridades. Caso exemplar na literatura é *O Cortiço* (1890) de Aluísio

Azevedo. No romance, os moradores do cortiço, ao serem atacados pela polícia, conseguem evitar a desonra que seria a invasão das forças oficiais; no cotidiano violento do Rio, no entanto, o cortiço Cabeça de Porco foi destruído por uma ação militar de Barata Ribeiro (prefeito da capital durante o governo florianista) em 1892. Não havia como disfarçar a desintegração da relação de pertencimento a uma “entidade coletiva”, já que “O governo da República destruía as repúblicas sem integrá-las numa república maior que abrangesse todos os cidadãos da cidade” (Idem, p. 39). Consolidando-se o sistema oligárquico, a capital figura de modo meramente decorativo, o “cartão-postal” como ainda hoje se apresenta, era a entrada no espírito da *belle époque*, que atingiria seu auge no início do século XX.

Em termos de questões eleitorais, a República restringiu-se a eliminar a exigência de renda para participação no processo seletivo, a exigência quando à alfabetização, foi, no entanto, mantida. Com isso manteve o rumo iniciado em 1881 quando a eleição passou a ser direta e a necessidade de alfabetização passou a ser cobrada. A passagem da eleição indireta para a direta, em 1881, havia reduzido a participação da população de 10 para 1%. Com a República, esse número aumentou pouco e na eleição presidencial de 1894 apenas 2% da população poderia participar (CARVALHO, 1889, p.43-4). A restrição pela alfabetização já era suficiente para que o número de eleitores não aumentasse. Sabe-se que em 1876, data da publicação do primeiro recenseamento realizado no Brasil (cuja pesquisa havia iniciado em 1872 e que contabilizou uma população em torno de 10 milhões de habitantes), apenas 15,7% da população total (que inclui os escravos) era potencialmente capaz de ler e escrever e não mais de 18,6% da população livre. Esse percentual, à época da mudança para o regime republicano, ainda diminuiu e em 1890 (com uma população de cerca de 14 milhões e 300 mil habitantes) apenas 14,8% podem ser contabilizados nesse quesito.<sup>7</sup>

Essa concepção de não-participação popular trazia a distinção entre sociedade civil e política. Na própria Constituição brasileira está presente a diferenciação entre cidadãos ativos e inativos (ou ‘simples’). Os ativos possuem direitos civis e políticos; os inativos apenas os direitos civis. No caso, o direito político é ‘concedido’ àqueles que são julgados ‘merecedores’ dele, pois devem cumprir um determinado pré-requisito, no

---

<sup>7</sup> Conferir GUIMARÃES (2004), p. 65-6. O autor cita como fontes dos dados os “Quadros geraes – Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no di 1º de agosto de 1872.” Brazil, Diretoria Geral de Estatística, 1876; e José Veríssimo, “Das condições da produção literária no Brasil, in *Estudos da Literatura Brasileira (3ª série)*, Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia/ Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 31-48.

caso brasileiro tratava-se da alfabetização. A Constituição republicana, além de manter esse traço excludente, tornou-se “particularmente discriminatória”, pois além de manter a exigência da alfabetização, “retirava a obrigação do governo de fornecer a instrução primária, que constava do texto imperial.” (CARVALHO, 1889, p. 45). E essa foi a tônica das alterações constitucionais republicanas em que mesmo medidas que tendem a ser democratizantes (fim do Poder moderador, do Senado vitalício e introdução do federalismo) na prática serviram para reforçar a concentração do poder de governar nas mãos de setores dominante, do meio rural ou urbano, porque as medidas não vieram seguidas de aumento significativo da cidadania no sentido político. Isso tudo acabou por frustrar em demasia as expectativas de ampliação da participação criada – e prometida em comícios, conferências e na imprensa – em torno do regime republicano. Frente a isso, a retórica posterior à proclamação tentava criar uma falsa “visão integradora, comunitária, orgânica das relações dos cidadãos com a sociedade política” (Idem, p. 48).

Diante de tal distanciamento entre habitantes e o Estado, diversas classes sociais buscavam formas de definir seu papel político. Assim, os militares queriam maior peso nas decisões de cunho político. A especificidade desse grupo pode ser averiguada se pensarmos nele como um grupo que compunha o Estado, não sendo externos a ele, antes, buscando espaço internamente. Os militares, que desde a metade do século XIX sentiam-se insatisfeitos com seu limite no exercício da cidadania, tiveram já na última década desse século um crescimento dessa inquietação, surgindo no período a idéia do “soldado-cidadão”, não se tratava de militarizar o cidadão (criar um “cidadão-soldado”), mas, pelo contrário, garantir a cidadania aos soldados. Lutando de “dentro para fora” eles não buscavam ampliar a intervenção da população nas decisões públicas que compusesse e ao mesmo tempo confrontasse o Estado, mas “buscavam maior participação através do pertencimento ao Estado, isto é, não se tratava de cidadania, mas do que poderíamos chamar de *estadania*” (Idem, p. 49-50, grifo do autor). Outro grupo importante nessa situação era o que José Murilo chama de “operários do Estado” (Idem, p. 52). Compunha-se de “operários dos arsenais do Exército e da Marinha, dos ferroviários da Estrada de Ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil, dos gráficos da Imprensa Nacional, dos operários da Casa da Moeda e de alguns setores dos portuários” (Idem, *ibidem*). Depois de proclamada a República, houve algumas tentativas de organização desse grupo, tenham essas tentativas ocorrido internamente ou através da intervenção externa. A primeira delas veio com os positivistas. As propostas, embasadas

do preceito positivista de incorporação do proletariado à sociedade, buscavam melhorar as condições de trabalho da classe e traziam propostas “muito avançadas para a época (...) [como] jornada de sete horas, descanso semanal, férias de 15 dias, licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria, pensão para a viúva, estabilidade aos sete anos de serviço etc.” (Idem, p. 53).

Houve em seguida, início de 1890, diversas tentativas de criação de um Partido Operário, incluindo não apenas os trabalhadores do Estado, mas também os da iniciativa privada. Nesse setor, a disputa ocorrida entre líderes operários é sintomática para a relação algo totalizante que o Estado manteve com essas tentativas de reivindicação de cidadania. De um lado França e Silva e de outro o tenente da Marinha José Augusto Vinhaes. O primeiro defendia a idéia de um partido controlado pelos próprios operários; o segundo organizou um partido do qual ele era o líder. Vinhaes teve mais apoio dos operários e foi eleito para a Constituinte, posteriormente transformada em primeira legislatura (Idem, Ibidem). A atuação dele foi importante. José Murilo de Carvalho aponta ações como a criação de um Banco de Operários, envolvimento em greves, incluindo “a maior conquista do Partido Operário” que foi “ter forçado o governo, através de ameaça de greve geral, a mudar o Código Penal nos artigos que proibiam a greve e a coligação operária, em dezembro de 1890.” (Idem, p. 53-4), proibição essa que constava no Código Criminal desse mesmo ano. Também sua atuação na câmara foi destacada, buscando ampliação do voto, se opondo ao preço elevado dos produtos, criticando a forma de atuação dos policiais durante as greves, propondo aumento dos salários. No entanto, como aponta o historiador, “também aqui a tentativa de acesso a uma cidadania mais ampla se deu pelas portas ou pelo menos porteiros do Estado”, numa relação em que “a cidadania se misturava à cidadania, se não a sobrepujava” (Idem, p. 54-5). A corrente positivista tinha em sua própria noção de cidadania a exclusão de direitos políticos, já que não aceitava a os partidos e a democracia representativa. Então, não há nem como falar na possibilidade de constituição da cidadania por essa perspectiva. A noção de cidadania a que se refere aqui foi melhor defendida pelos que se colocavam como socialistas: Vicente de Souza, Evaristo de Moraes, Gustavo Lacerda e o já referido França e Silva. A relação entre indivíduo e Estado aqui deve remeter à “extensão do direito de intervir nos negócios públicos a todos os cidadãos” (Idem, p. 55). Houve a tentativa de formação de vários partidos socialistas operários, de muitos jornais operários, mas nenhuma com grande êxito. Entrando os anarquistas no debate, já para o final da década de 1890, e com influência

maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro, os socialistas tiveram com pressão, além das propostas de cooperação direta do governo (“estadania”), a proposta de rejeição total do sistema político. A noção de cidadania aqui é extremamente diferente da socialista, pois o anarquismo defende como forma de atuação, única “arma operária” a greve que levará à abolição do Estado pela greve geral (Idem, p. 57). Aqui os principais líderes foram Neno Vasco, Elysio de Carvalho, José Sarmiento e Mota Assunção. Agiam também, principalmente, através da criação de jornais e algumas associações, não criando, por princípio, partidos. Não compunham um grupo homogêneo, mas tinham em comum a perspectiva de abolição do Estado, sendo que as preocupações operárias devem se voltar para o campo econômico, investindo contra os patrões, sem que o Estado interviesse, até porque esse “não passava de um servo fiel deles” (Idem, p. 57-9). De forma coerente, a noção de pátria é subjugada aos interesses do grupo (possuíam antes uma noção de anti-pátria, no que se opunham frontalmente aos positivistas para quem o amor à pátria é como uma extensão do amor materno), sendo demonstração disso a forte presença de estrangeiros no meio anarquista. O próprio Neno Vasco, referido acima, e tido por José Murilo de Carvalho com sendo, talvez, “o mais culto dos anarquistas na época [primeira década de 1900]” (Idem, p.57), era português.

Em tal contexto a formação da cidadania se mostrava dificultada por todos os lados. As próprias leis do Estado poderiam colocar os habitantes na ilegalidade, na medida em que não correspondessem minimamente à realidade, impondo condições quase impossíveis de serem cumpridas; criando condições eleitorais excludentes e possuindo um sistema eleitoral altamente fraudulento. As tentativas de formação de cidadanias acabavam esbarrando na amplitude do alcance estatal que terminava por incorporar os agentes e no final não se ampliava a participação política geral.

#### 4. Retornando e questionando: sobre o que mesmo falam duas crônicas?

Essa etapa do trabalho consiste em propor interpretações das duas crônicas comentadas no início, levando em consideração os esclarecimentos feitos sobre elas no primeiro comentário no início do trabalho, bem como sobre as séries em que cada uma circulou e os contextos históricos, referentes ao Império e à República, e à transição de um regime ao outro, a que, pelo exposto aqui, cada uma remete a sua maneira. Os comentários agora tendem a buscar comparações entre as crônicas, com o intuito de, conforme exposto na introdução, entender especificidades em cada uma delas com o período histórico a que remete.

##### 4.1 Transcrição de trechos de ambas as crônicas

Bons dias!

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas, não senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!

Feito esse cumprimento (...) declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se a gente com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o Imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, *pour étonner de bourgeois*; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos) de Bismark. O príncipe de Bismark tem feito tudo sem programa público; (...)

Deus fez programa, é verdade ("E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, para que presida", etc. *Gênesis*, I, 26); mas é preciso ler esse programa com muita cautela. Rigorosamente, era um modo de persuadir ao homem a alta linhagem de seu nariz. Sem aquele texto, nunca o homem atribuiria ao Criador, nem a sua gaforinha, nem a sua fraude. É certo que a fraude, e, a rigor, a gaforinha são obras do Diabo, segundo as melhores interpretações; mas não é menos certo que essa opinião é só dos homens bons; os maus crêem-se filhos do Céu — tudo por causa do versículo da Escritura.

(Machado de Assis, in: Gledson, J. (org.), 2008, p. 79-80)

\*

Na segunda-feira da semana que findou, acordei cedo, pouco depois das galinhas, e dei-me ao gosto de propor a mim mesmo um problema. Verdaderamente era uma charada; mas o nome de problema dá dignidade, e excita para logo a atenção dos leitores austeros. Sou como as atrizes, que já não fazem benefício, mas *feita artística*. A coisa é a mesma, os bilhetes crescem de igual modo, seja em número, seja em preço; o resto, comédia, drama, opereta, uma polca entre dois atos, uma poesia, vários ramalhetes, lampiões fora, e os colegas em grande gala, oferecendo em cena o retrato à beneficiada.

Tudo pede certa elevação. Conheci dois velhos estimáveis, vizinhos, que esses tinham todos os dias a sua festa artística. Um era Cavaleiro da Ordem da Rosa,

por serviços *em relação* à guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva, a que prestava bons serviços. Jogavam xadrez, e dormiam no intervalo das jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: “Caro *major!*” - “Pronto, *comendador!*” — Variavam às vezes: — “Caro *comendador!*” - “Aí vou, *major!*”. Tudo pede certa elevação.

Para não ir mais longe, Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heróico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra coisa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas. A capital portou-se bem. Dos estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória. Merecem, decerto, a nossa estimação aqueles outros; eram patriotas. (...)

O que sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os livros e ofícios. Outra casa os acolheu compassiva, mas os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco. Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira. Dividiram-se as opiniões; uns foram pelo ovo outros pela galinha; o próprio galo teve um voto. Os candidatos é que não tiveram nem um, porque os mesários não vieram e bateram dez horas. Podia acabar em prosa, mas prefiro o verso:

Sara, belle d'indolence,  
Se balance  
Dans un hamac...

(MACHADO DE ASSIS, in: GLEDSON (org.), 1996, p. 45-6, todos os grifos, do autor)

#### 4.2 Entre o passado e o futuro: novos *Bons dias!*

Na crônica de 05 de abril de 1888, de abertura da série *Bons dias!* notou-se, pelos comentários aos referentes históricos, que um dos grandes temas tratados é o fim da escravidão no Brasil e, com ele, seus paradoxos. Destacando-se o fato de ter sido argumentativamente uma proposta do Partido Liberal e efetivamente uma realização dos conservadores. Não bastando, pode-se entender ainda que dado o atraso com que a abolição ocorreu, sua efetivação se deu em um momento já insustentável, em que a escravidão era prejudicial aos interesses dos próprios senhores, sendo, então, uma medida conservadora. Daí o comentário, irônico, sobre o não estabelecimento de programas. Escravos esses, que como vimos estavam no centro da discussão sobre a dualidade que compunha a base histórica do Império. Olhando dessa forma – buscando o nexo entre o tema da crônica e o vínculo histórico não só com o dado imediato, mas incluindo o aporte interpretativo que vincule esses dados ao entendimento do funcionamento histórico imperial como um todo – parece possível dizer que a crônica em questão assenta seus comentários e, mais que isso, alguns dos nexos mais importantes para sua interpretação no solo histórico *ainda* imperial. “Ainda”, porque, pode-se lançar como hipótese, que há indícios de que já nessa primeira crônica o fim do

Império era perceptível<sup>8</sup>. Por exemplo, aquele longo parêntese em que o imperador aparece vinculado à Capela imperial – diretamente ligada a trajetória da nobreza no Brasil – que, subentende-se, já não freqüentava, pois aparece como um hábito comum *há cerca de trinta anos*. Também a noção de desajuste, própria de períodos de transição é assinalada na crônica e, mais que isso, configurando o seu próprio narrador, que aparecerá em outros momentos da série. Esse narrador está trocando de emprego, está, ele mesmo, desajustado, assim como diz estarem os relógios que o fizeram descrever do antigo ofício. Não sabe se o que escreveu está no tamanho adequado ou não, pois não pode “calcular entre letra de mão e a letra de forma” (MACHADO DE ASSIS, in. GLEDSON (org.), 2008, p. 80-1). Mesmo assim, ainda é um narrador cujo arbítrio se faz notar nos procedimentos narrativos abusados. Traça paralelos desnivelados, que vão do Partido Liberal a Deus para revelar porque não fará programa (pois aqueles dois o fizeram) quanto à escrita da série, aproximando-se nisso ao volúvel Brás Cubas que também pela referência a uma “diferença radical” (o fato de, de modo distinto a Moisés no Pentateuco, colocar sua morte no “intróito”) faz supor que no resto há similaridade (MACHADO DE ASSIS, 2008, p. 626, v1). Arbítrio esse em que a troca permanente de assunto e a relação de “polidez e agressão, de intimidade e de distância” (GLEDSON (org.), 2008, p. 27) tem papel importante e ambíguo e será retomado.

#### 4.3 A República e o que ela traz: *A Semana*

Essa crônica de abertura de *A Semana* apresenta no início e retoma ao final uma charada que aparece como uma crítica ampla a formação da cidadania no Brasil. Diz seu narrador que havia acordado na segunda-feira e propôs-se o problema que, saberíamos ao final, foi o tema da conversa que havia tido com os outros quatro eleitores que foram até a seção eleitoral votar na eleição de preenchimento de uma vaga no Senado e que, como ele, encontraram a seção fechada. A charada consistia em saber o que “nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo” (MACHADO DE ASSIS, in. GLEDSON (org.), 1996, p. 47). Entre a primeira e a segunda (e última) vez que a charada é anunciada (sendo que na primeira, ela é apenas anunciada sem que saibamos qual é a charada, ou “problema”) uma série de questões referentes ao novo momento histórico brasileiro, republicano, aparece. Os comentários sobre a diferença entre o

---

<sup>8</sup> Nisso há pequena divergência com Gledson (2008) que vê nessa série um sentido programático machadiano de comentar a abolição iminente e não o fim do Império, que para o crítico, só começa a ser inferido durante o andamento da série.

nome e as coisas em si, as longas referências a Tiradentes (“herói” republicano) associados às questões da praticamente inexistência de eleições forma uma irônica (República sem eleição?) combinação em que o comentário crítico e a charada parecem incidir em duas possibilidades interpretativas principais. A primeira, relacionada à questão da diferença entre a *coisa e o nome da coisa* indica a contradição apontada, República sem eleição (efetiva) não é República, o Brasil deixou de ser Império, como se tivesse, por esse aspecto, só trocado de nome. A outra possibilidade interpretativa, por sua vez, faz pensar na charada relacionando-a a tudo isso. Saber se o que veio primeiro foi o ovo ou a galinha, é perguntar, nesse contexto, se a culpa da eleição não se efetivar é do Brasil ou dos brasileiros, do Estado ou da população, haja vista que, se por um lado a seção não abriu, por outro só havia cinco eleitores, incluindo o narrador. A charada, também pode indicar um enigma sem solução, uma charada (e um Brasil) “inexplicável” (como Aires definirá Flora em *Esau e Jacó*).

Veja-se que na questão da historicidade, na relação Império-República, entre continuidade e ruptura, ela não ignora nenhum nem outro, pois, se por um lado um problema de base permanece, a não participação da população nas decisões políticas, ele é proposto agora em nova chave, envolvendo questões estritamente relacionadas à República, mais do que isso, *a realização concreta desse sistema no Brasil*. Desse modo, ler a crítica de permanências de alguns problemas imperiais na República brasileira já é ler um texto tensionando questões empíricas específicas de seu período de produção. Daí podermos pensar que enquanto aquela primeira crônica de *Bons dias!* mesmo, como essa, não ignorando a proximidade (ou iminência nesse caso), do advento republicano, incorporava questões específicas do Império brasileiro (o comentário sobre a escravidão, que, como vimos com Schwarz, ao permanecer em nosso sistema imperial, passou a fazer parte estruturalmente dele, dada a relação público-privada que a concessão da posse privada desse “bem” privado acarretava); a crônica de *A Semana* aqui comentada também o faz. Critica a não participação eleitoral – a não formação da cidadania (grande encruzilhada em que diversas classes se achavam envolvidas no início do Brasil republicano) – e a criação de um “herói” para o novo regime – tanto mais necessário e forçado quanto mais a população é excluída do processo – posição, como vimos com José Murilo de Carvalho, conferida a Tiradentes, não podendo ser ocupada pelos envolvidos diretamente no episódio por contradições específicas da forma como foi proclamada. Elementos próprios da implantação do sistema republicano brasileiro.

#### 4.4 Agressão e elevação: pontos de divergência

Pensando no narrador dessa crônica de *A Semana* em termos de comparação com a de *Bons dias!*, podemos apontar que a relação daquele com o leitor parece ser bem mais afastada. Enquanto o ex-relojoeiro (informa sua antiga profissão, sua atual e o motivo da troca) materializa-se diante do leitor indicando sua profissão, seus gestos que diz serem educados ao ocupar o espaço junto ao leitor, ao “entrar aqui” (MACHADO DE ASSIS, in. GLEDSON (org.), 2008, p. 79); o narrador da crônica analisada de *A Semana* parece antes demonstrar a *impossibilidade de diálogo*<sup>9</sup>.

Sanseverino (1999) estuda o movimento do diálogo em Machado de Assis, base da construção, como exemplifica, dos contos *A desejada das gentes*, *Singular ocorrência*, *O anel de Polícrates*, em divergência com o movimento típico dos diálogos platônicos, representantes de um padrão pedagógico de formação do sujeito em que há uma “comunicação plena entre os interlocutores, em que as posições diversas partem do confronto para alcançarem a unidade final” (Idem, p.212), o autor, diferenciando a função do diálogo em Machado, aproxima-a à tradição luciânica da sátira menipéia, acrescentando a essa discussão a aproximação a Denis Diderot. Para nossos fins, interessa observar que na crônica de *Bons dias!*, sobretudo pela materialização do narrador como comentamos, o diálogo ainda é possível, mesmo que não se dê pela elevação dos interlocutores, mas por seu rebaixamento. A agressividade não interdita a proximidade, ambas convivem. Já da distância ao estilo Aires do narrador da crônica de *A Semana*, não há essa possibilidade. O narrador, ao início da narrativa, chega a encenar um diálogo consigo mesmo, ao propor-se o problema que havia começado a discutir com os outros quatro eleitores do dia da *votação que não foi*. Pode ser interessante notar que entre esses eleitores o diálogo parece ser possível, eles conversam, possuem, é possível pensar, condições socialmente próximas de classe, já que estavam habilitados a votar, *eleitor* e *leitor* aqui apresentam uma identidade muito particular<sup>10</sup>. Esses, em especial, além de serem habilitados para tal, foram mesmo votar... um núcleo seletivo,

---

<sup>9</sup> SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. *Realismo e alegoria em Machado de Assis*. Porto Alegre, 1999. Doutorado em Literatura Brasileira e Teoria da literatura – PUCRS, p. 212-242.

<sup>10</sup> Relembremos o anteriormente exposto (no capítulo 3. “Mat[r]izes práticas” do presente projeto): Em termos de questões eleitorais, a República restringiu-se a eliminar a exigência de renda para participação no processo seletivo, a exigência quando à alfabetização, foi, no entanto, mantida. Com isso manteve o rumo iniciado em 1881 quando a eleição passou a ser direta e a necessidade de alfabetização passou a ser cobrada. A passagem da eleição indireta para a direta, em 1881, havia reduzido a participação da população de 10 para 1%. Com a República, esse número aumentou pouco e na eleição presidencial de 1894 apenas 2% da população poderia participar (CARVALHO, 1889, p.43-4).

deduz-se. Contudo, seu diálogo não progride, dada a natureza insolúvel do enigma sobre o qual tentam deliberar (o Brasil?), nada se resolve; e entre os cinco, dois escolhem uma opção (o ovo), dois noutra (a galinha) e outro uma terceira opção que até então não *tinha entrado na história* (o galo). E o terceiro termo dessa dualidade não revela uma progressão, não é o resultado de uma síntese. E o movimento teatralizado lembra mais o balanço indolente pendular da rede com que o narrador termina a crônica citando versos em língua estrangeira (francês) – índice maior da impossibilidade de diálogo – de um poema do romântico e republicano Victor Hugo. Se, como diz o narrador, terminasse em prosa, como poderia, daria no mesmo, o diálogo com o “austero leitor” (provável culpado pela inexistência de *quorum* na votação, pois a única exigência para ser eleitor era saber ler...), aí, pela ironia, quanto mais “austero” e elevado for pelo narrador, mais rebaixado será, se mostra impossibilitado.

Esse narrador de *A Semana*, seu caráter civilizado, sua elevação, seu aspecto *Aires* traz a marca do intenso retrocesso. A República (suposta modernização política por ser estado laico, por encaminhar a democracia e alternância no poder, etc.) ao ser implantada aqui, trouxe dentro de si a marca da regressão e colocação de barreiras que impediram a participação popular, como foi visto nesse trabalho com José Murilo de Carvalho. De certo modo, essa distância do narrador-cronista encena a desilusão causada com a forma de realização do regime republicano no Brasil. E, dessa forma, marca também, pelo viés estético, uma diferença importante em relação à crônica de *Bons dias!* aqui comentada. Diferença essa que ganha relevo se interpretada pela perspectiva do enraizamento na experiência histórica do início da implementação republicana no Brasil.

## Considerações finais

Roberto Schwarz inicia o capítulo “A matriz prática”, do seu *Um Mestre na periferia do capitalismo*, interrogando sobre qual é o “referente — se é que existe — captado e imitado” (SCHWARZ, 2000, p. 35) na prosa machadiana (prosa que ele analisa nos termos conhecidos da volubilidade do narrador). Segue dizendo que “a presença espetacular de tópicos metafísicos, procedimentos literários “exóticos” e celebridades de todos os quadrantes (...) faria supor um espaço imaginário estranho ao balizamento nacional.” Sua tese é, no entanto, contrária, já que a “volubilidade do narrador e a série abusos configuram a “redução estrutural” [falando aqui com Antonio Candido de *Dialética da malandragem*] de um movimento que a circunstância histórica impunha — ou facultava, conforme o ponto de vista — à camada dominante brasileira ” (Idem, *ibidem*, grifos do autor). A busca aqui empreendida, ao traçar um marco histórico como divisor de águas para análise de duas produções literárias, tem um comprometimento com os aspectos empíricos, tanto os contextuais (diga-se “extra-literária”, para fins de maior clareza, mesmo que para essa perspectiva não há propriamente elementos externos à obra, já que ela é historicamente constituída), quanto com os presentes nas crônicas (gênero literário em questão), assim como sua função na articulação interna do texto literário. Nesse sentido, há uma preocupação que se assemelha à de Schwarz, na busca da configuração formal como traço complexamente relacionado à “circunstância histórica”. Aqui, no entanto, dada a especificidade do objeto e a precisão, ou limitação, do recorte literário e histórico (duas crônicas representando duas séries, sendo que a distância do final de uma série para o início da outra é de 2 anos e 8 meses e o hiato temporal entre as duas crônicas enfocadas, a primeira de cada série, é de pouco mais de 4 anos), buscou-se entender como esses dados específicos usados nos movimentos do narrador trazem em si um significado histórico relevante para a compreensão da “circunstância histórica” tensionada pelas narrativas, significado esse com repercussão interna, formal, relevante. Ou seja, nas duas crônicas, lidas aqui como representantes de um posicionamento programático a ser desenvolvido ao longo das séries radicalmente arraigadas no chão histórico brasileiro do período, pode-se encontrar movimentos narrativos semelhantes; porém, ao deslocar os elementos, como caracterização do narrador ou seleção de objetos empíricos específicos, as narrativas se apresentam como um outro construto organicamente articulado em que características formais e estilísticas muito semelhantes podem estar

vinculadas a questões históricas de lastro bastante diferente. Isso não anula a possibilidade da demarcação de continuidades entre um momento histórico e estético e outro, mas indica que até a interpretação dessas continuidades deve levar em conta a reorganização do conjunto, que incide na interpretação da narrativa, assim como da História, sob base dialética, de permanências e rupturas, de transformações e continuidades.

Procurou-se mostrar, então, que as crônicas comentadas estão assentadas nas bases históricas particulares de seus períodos de produção, mesmo não deixando de incorporar esteticamente também as tensões advindas da transição entre dois momentos históricos específicos. Para a realização desse estudo, algo que esteve presente todo o tempo foi a relação de distância e proximidade – de uma crônica em relação a outra e do leitor em relação a ambas. Tanto o distanciamento quanto a proximidade podem trazer perdas e ganhos para a compreensão. Nesse trabalho, a leitura dos textos propostos buscou a aproximação em relação a eles pelo comentário de sua historicidade bem como aspectos de sua constituição formal. Acredita-se que com isso pode-se perceber alguns aspectos que indicam diferenças maiores em sua composição do que o pequeno espaço de tempo que os separa indicaria. Considera-se radical a importância da transição republicana para a compreensão dessas produções, pelo qual se espera que o entendimento dessa alteração ultrapasse a visão de que apenas uma “transformação sem mudança” constitua o nexó histórico relevante para a interpretação da produção machadiana relacionada a tal período. Olhada em minúcia, cada crônica pode indicar projetos com variações estéticas, uma tendendo a tensionar de forma mais enfática questões características do império brasileiro, outra do republicano. De tal modo que pela leitura detalhada e comentada das crônicas propostas pode-se perceber o tratamento amplo e complexo dado por Machado tanto aos impasses históricos imperiais (no que vem sendo amplamente estudado), quanto aos republicanos, que ainda parecem não terem recebido a mesma atenção.

Em última instância, e talvez de forma um tanto velada, o presente trabalho se beneficia de questões recentes da crítica schwarziana. Em seu artigo, “Leituras em competição”, SCHWARZ (2006) problematiza os diferentes resultados de leituras da obra machadiana que procuram um vínculo maior do autor com estéticas ligadas ao cânone, através do qual o renome internacional de Machado viria hoje se constituindo. Para o crítico essa não é a melhor escolha, já que

as questões estéticas, de congruência e dinâmica interna, bem como de originalidade, passaram a envolver a reflexão sobre o viés próprio e o significado histórico da formação social ela mesma. Assim, embora notória por desacatar os preceitos elementares da verossimilhança realista, a arte machadiana fazia de ordenamentos nacionais a disciplina estrutural de sua ficção. (SCHWARZ, 2006, p. 64)

Trata-se, então, de não sofrer do “prejuízo estético” decorrente da “opção de ignorar as particularidades locais formalizadas por Machado” (Idem, p. 61).

Entende-se que o movimento narrativo revelado pelos narradores das duas crônicas apresenta diferenças estéticas sutis, mas que se olhadas de forma a tentar perceber essas diferenças a partir de uma perspectiva histórica um pouco mais rigorosa, essas sutilezas podem revelar uma remissão a problemáticas históricas e estéticas que se mostram bem amplas.

## Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v.2)

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHALHOUB, Sidney; Neves; Margarida S.; Pereira, Leonardo A. M. (org.), *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

Fausto, Boris. O Brasil Monárquico (1822-1889). In: *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. A Primeira República (1889-1930). In: *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLEDSON, John. A política na crônica de Machado de Assis. In: Flávio Aguiar; José Carlos Sebe Bom Meihy; Sandra Guardini T. Vasconcelos. (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, v. , p. 23-28.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

LUKÁCS, Georg. Los problemas del reflejo en la vida cotidiana. In.: *Estética*, volume I: La peculiaridad de lo estético. Barcelona - México D.F.: Ediciones Grijalbo S.A., 1967.

\_\_\_\_\_. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. (v.4)

\_\_\_\_\_. in: GLEDSON, John (org.) *Bons dias!*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. in: GLEDSON, John (org.) *A Semana*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARIANI DE MACEDO, José Marcos. Posfácio. In: *A Teoria do Romance*, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MENDONÇA, Milton Teixeira. *Arte colonial no Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.sindegtur.org.br/2006/arquivos/artrelcolrio.pdf>>. Acesso: 11 2009.

NOVAIS, Fernando A. “Passagens para o Novo Mundo”. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, nº 9, julho de 1984.

SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. “Sobre a categoria da mediação em Adorno”. *Via Atlântica (USP)*, v. 13, p. 99-112, 2008.

\_\_\_\_\_. “Machado de Assis, ambivalência e autoritarismo”. *Letras*, Santa Maria, p. 11-26, 2001.

\_\_\_\_\_. *Realismo e alegoria em Machado de Assis*. Porto Alegre, 1999. Doutorado em Literatura Brasileira e Teoria da literatura –PUCRS.

SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. *Novos estudos*. - *CEBRAP*, São Paulo, n.75, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-330020060002-00005&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-330020060002-00005&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 11 2009. doi: 10.1590/S0101-33002006000200005.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. A novidade das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: SECCHIN, Antonio Carlos; ALMEIDA, José Maurício Gomes de; MELO E SOUZA, Ronaldes de (orgs.). *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Folio, 1998, pp. 47-64.